

## DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM IDOSOS E AS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS EM TEMPOS DE CRISE

Fernanda Luma G. Barboza; Jeane Mendes da Silva; Jefferson Carvalho S. Lino; Jucelia Cota Silva); Raquel Alves Cordeiro.

*Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico – Faculdade ASCES, fernandabarboza@asc.es.edu.br*

**RESUMO:** Tanto o envelhecimento quanto a drogadição são temas que têm instigado grande interesse e empenho nas ciências humanas. São numerosos os estudos que tem buscado desvendar os vários e complexos aspectos referentes a ambos. Todavia, as investigações concomitantes referentes à relação do consumo de substâncias psicoativas por idosos não tem seguido a mesma proporção, sendo ínfimas as publicações sobre esta realidade no Brasil. Nesta perspectiva, o artigo em questão tem o interesse de trazer à tona a relação de envelhecimento e dependência química, problematizando esse arrolamento de políticas de uma seguridade social híbrida de um lado e um contexto de crise na economia brasileira de outro. No trabalho optou por uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. O método que embasou esta pesquisa será o dialético crítico. Na literatura em voga o que se verificou foi que, embora o envelhecimento represente uma conquista, também se põe como um desafio à sociedade contemporânea, por conta da aderência do Brasil ao capitalismo contemporâneo, e a consequente configuração neoliberal assumida pelas políticas públicas.

### INTRODUÇÃO

O envelhecimento hoje é um fato, sendo que nunca antes houve tão grande contingente de idosos no mundo. A pesquisa da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – revela que a população idosa do Brasil em 2010, correspondia a quase 20 milhões de pessoas idosas (IBGE, 2010).

A velhice é uma época em que o indivíduo está suscetível à determinada ordem de demandas emergentes em saúde, assistência e previdência social. Um destes problemas, que será discutido no presente artigo, é a dependência química. Aposentadoria, perda de parentes e amigos, internações hospitalares, despontam como algumas situações estressantes que podem levar a quadros de abuso de drogas na terceira idade. Situação que tende a se agravar, porque o uso de drogas (indiscriminadamente) em alguém com mais de 60 anos pode acarretar/piorar problemas cognitivos, doenças vasculares e cerebrais, assim como desencadear o processo de dependência química e mais uma série de problemas sociais.

Problemas estes que serão somados a um capitalismo que tem imposto um padrão de ordem que é seletivo e exige que seja segregada a matéria prima humana inadequada para o sistema. Esta tendência vem embasada com o ideário neoliberal, que tem como premissa maior o consumismo, que ultrapassa os limites da mercadoria, gerando eco no fator humano quando desvaloriza a durabilidade dos objetos/pessoas, igualando velho a defasado, alcoolista/adicto a não produtivo para o sistema, destinando ambos à segregação – tendência que tende a piorar em um ano de crise.

Nesta perspectiva, o artigo em questão tem o interesse de trazer à tona a relação de envelhecimento e dependência química, problematizando esse arrolamento de políticas de uma seguridade social híbrida de um lado e um contexto de crise na economia brasileira de outro.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho optou por uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. O método que embasou esta pesquisa será o dialético crítico, pois na abordagem qualitativa o método dialético recusa a redução. Ele se propõe a ultrapassar o observado, indo além do que está posto, ou seja, desloca-se da aparência para a essência, transcendendo a superfície do fenômeno estudado (MINAYO, 2008). Para a revisão sistemática, foram adotados alguns critérios para coleta do material pesquisado, quais sejam: artigos nacionais disponíveis no acervo informatizado do SCIELO (Livreria Eletrônica Científica online), que tratem de idosos dependentes químicos, publicados no período de janeiro de 2010 a junho de 2015. Antes da seleção, os documentos foram submetidos à “leitura flutuante”, a partir dos critérios representatividade, homogeneidade e pertinência ao objeto de estudo. Segundo Bardin (2011), essa etapa é fundamental para pré-análise e na verificação da relação entre os textos e o problema perseguido pelo pesquisador. A análise dos dados coletados se deu em três momentos: 1) ordenação dos dados; 2) classificação dos dados; 3) análise dos dados. A análise dos dados foi feita ainda com auxílio do pacote estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que se pôde perceber no material encontrado foi que, como bem colocou Beauvoir em seu ensaio sobre a velhice, não é fácil situar esta, devido à dinamicidade do processo, não sendo apenas um fato biológico, mas essencialmente um fato cultural (BEAUVOIR, 1990). Mas o homem nem sempre foi velho, ele morria antes de alcançar esta faixa etária, por epidemias, péssima nutrição, guerras, etc. A partir da segunda Guerra Mundial é que o envelhecimento começa a preocupar e a chamar atenção dos encarregados da saúde, pois foi a partir desse momento que começaram a surgir várias doenças e conseqüentemente a população idosa tornou-se alvo das mesmas.

Ao longo dos séculos o conceito de velhice vem sofrendo algumas alterações, e é consoante a isto que Costa discorre:

Envelhecer a 50 anos atrás não constituía um problema; era encarado como um fenômeno natural, na medida em que não só as pessoas que envelheciam não eram muitas, como o aproveitamento e imagem que a sociedade tinha da população que envelhece era diferente daquela que se tem hoje (COSTA, 1999, p 10).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) reifica isto, classificando do ponto de vista cronológico, que nos países desenvolvidos pessoas idosas são as com idade igual ou superior a 65 anos e nos países em desenvolvimento as com mais de 60 anos (DIEHL, CORDEIRO E LARANJEIRA, 2011). Isto porque há o reconhecimento de que o envelhecimento, apesar de ser um processo natural do ser humano, é diferenciado por fatores culturais, econômicos, sociais, físicos e mentais. Logo, considera-se a impossibilidade de se viver e envelhecer como iguais na sociedade capitalista, que é essencialmente formada por desiguais, onde a luta de classes determina o modo de chegada da velhice (BORGES, 2000).

Atender as necessidades deste segmento de idosos sem distinção de classes adquire um desafio ainda maior em razão da configuração neoliberal assumida pelas políticas públicas num contexto de crise, que promovem o aprofundamento da desigualdade e da pobreza. O resultado disto é que o Brasil, que já não contou com um envelhecimento favorecido por qualidade de vida

(mas apenas com um avanço na área da medicina e no atendimento público, que prolongou a vidas dos indivíduos), vai continuar permitindo que estes indivíduos vivam em condições sociais e de saúde mínimas. E em decorrência do aumento deste envelhecimento populacional, a demanda de problemas desta faixa etária também irá aumentar e se diversificar, como os problemas relacionados ao uso abusivo de drogas por estes.

Apesar das atenções do país hoje estarem mais voltadas para o consumo do crack, o álcool não perde sua soberania no campo da dependência química, estabelecido como porta de entrada para as demais drogas e sendo apontado como segunda causa de morte evitável do país (BARBOZA et al., 2010). Sabe-se ainda que, no Brasil, o alcoolismo é a causa mais frequente de aposentadorias precoces e acidentes no trabalho e a oitava causa para concessão de auxílio doença pela Previdência Social, sendo que estudos recentes já colocam o transtorno por uso de substância está entre os principais transtornos mentais da terceira idade (HIRATA in SEIBEL, 2010).

Este abuso entre idosos é considerado uma epidemia invisível, pois ainda é um problema subestimado pela população em geral, subidentificado e subdiagnosticado e, conseqüentemente, subtratado (ZANUTO et al in DIEHL, CORDEIRO E LARANJEIRA, 2011), sendo que a tendência é que com o aumento da população idosa, esses idosos adictos também se multipliquem, bem como suas demandas, referentes as políticas de seguridade social que se já tem seus limites estruturais na ordem capitalista, tendem a piorar no atual contexto e para o público em foco:

Apesar de reconhecer as conquistas da Constituição no campo da seguridade social, é impossível deixar de sinalizar. Esses se agravam em países com condições socioeconômicas como as do Brasil, de frágil assalariamento, baixos salários e desigualdades sociais agudas (...) O programa de transferência de renda, que abrange trabalhadores adultos (bolsa-família), não possui caráter de direito e seus valores, condicionalidades e forma de gestão o colocam na órbita das políticas compensatórias (BOSCHETTI, 2000, p 15).

## CONCLUSÕES

Tudo isto elenca o quanto o envelhecimento da população e suas novas demandas deve constar na agenda do Estado, uma vez que esse fato traz profundas transformações na ordem econômica, social e de saúde das sociedades, devendo os vários segmentos da sociedade promover discussões para a construção de políticas públicas condizentes com as demandas contemporâneas. E para se alcançar essa mudança de paradigma nas políticas envolvendo velhice, é necessária primeiramente uma mudança de ótica, que pare de ver a velhice apenas como processo demográfico e passe a enxergá-la como processo social e político também.

No Brasil, a questão social, influencia diretamente a realidade de famílias que tem na sua composição um ou mais idosos; esses indivíduos possuem necessidades que vão desde os aspectos materiais até os emocionais. Sendo que a velhice contribui para a amplificação dos desafios da pobreza, sendo que as privações e as dificuldades de um homem pobre serão exacerbadas quando a isso se somar o fato de ser velho: “O equipamento sanitário local, social, escolar de um país permite que os habitantes vivam mais tempo, em melhores condições, do que nos lugares em que a miséria deixam apenas migalhas para os cidadãos” (OLIEVENSTEIN, 2001, p. 16). Por isso, para um país em desenvolvimento ter uma expectativa de população mais saudável é necessário que haja nos seu planejamento o investimento não só em programas de saúde pública, mas também, e fundamentalmente, em escolas, ensinos de qualidades, emprego e renda, como forma de prevenção à nova geração de idosos que se está erigindo.

Vale ressaltar que grande parte dessas pessoas que consomem abusivamente drogas integra a população economicamente ativa do país, o que significa demandas outras à economia, saúde, social e previdência, que arcam com os prejuízos deste uso abusivo (ECOS, 2010). Em qualquer uma destas faixas etárias ou casos, o que se terá é uma soma de gastos públicos que apenas garantirão a sobrevivência dessa população, isto porque ainda não se problematizou o profundo arrolamento da velhice e do alcoolismo com a questão social no Brasil, debatendo-se apenas estilhaços do que é um questionamento bem maior dentro da totalidade das relações sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. A Velhice. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- BORGES, M. E. S. Os Lugares dos velhos: Um estudo sobre a luta pela proteção social no Brasil dos anos 1988/1998. 2000. 151 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
- BOSCHETTI, I. Previdência e Assistência: uma unidade de contrários na seguridade social. Universidade e Sociedade. *Revista da ANDES-SN*, Brasília, ANDES-SN, n. 22, 2000.
- COSTA, M. A. M. – Questões demográficas: repercussões nos cuidados de saúde e na formação dos enfermeiros. In: O idoso: problemas e realidades. Coimbra: Formasau, 1999.
- DIEHL, A., CORDEIRO, D. C., & LARANJEIRA, R. Dependência Química: Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- NASRI, F. Demografia e Epidemiologia do Envelhecimento: Envelhecimento Populacional no Brasil. Einstein. 2008.
- OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. Saúde nas Américas: 2007. Washington, D.C. 2v. [OPAS - Publicação Científica e Técnica, 622].
- SANTOS, M. A. (Org.). Uso e abuso de álcool e drogas. Ribeirão Preto (SP): Editora Legis Summa; 2002.
- SEIBEL, S. D. Dependência de Drogas. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.